

COMUNICAÇÃO COM O DEFICIENTE AUDITIVO: DIFICULDADES NA PRÁTICA DO PROFISSIONAL DA SAÚDE

Rafaella Fernanda de Farias Lima

Rafaell de Farias Lima

Resumo: A surdez vem sendo considerada um problema de saúde pública, isso se dá ao fato da sua incidência estar se ampliando em nosso país, necessitando assim que se tenha um olhar mais cuidadoso sobre o tema. Este estudo tem como objetivo, identificar as dificuldades encontradas na prática de profissionais de saúde perante a um paciente surdo, trata-se de uma revisão integrativa em que foram analisados artigos publicados entre os anos de 2010 e 2018, tendo como fonte principal de consulta a base de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scielo e PubMed. Ao se realizar diversas pesquisas e análises, ficou constatado que os profissionais que atuam na área da saúde não possuem conhecimento básico da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e que estão em sua grande maioria despreparados para receber um paciente com essa deficiência e traçar seu plano terapêutico, limitando assim, as consultas, os tratamentos, diagnósticos e prevenção. Gerando no paciente um constrangimento por não conseguir se expressar durante o atendimento, dessa maneira, estratégias precisam ser buscadas, tendo como simples exemplos a capacitação desses profissionais, ou a presença de um intérprete de LIBRAS, devendo também ser incrementado na grade curricular da academia assuntos e conteúdo que tragam a Língua Brasileira de Sinais como foco principal, vindo a gerar uma enorme contribuição na qualidade de vida dessas pessoas, evitando constrangimentos e até mesmo que o diagnóstico seja realizado de forma equivocada. Por isso, deve-se tratar do tema com mais frequência, tanto nas unidades de saúde e nos hospitais, como em toda nossa sociedade.

Palavras-chave: Libras. Deficiência Auditiva. Saúde.

Abstract: Deafness has been considered a public health problem, this is due to the fact that its incidence is expanding in our country, thus requiring a more careful look at the issue. This study aims to identify the difficulties encountered in the practice of health professionals before a deaf patient, it is an integrative review in which articles published between the years 2010 and 2018 were analyzed, having as main source of consultation the database of the Virtual Health Library (VHL), Scielo and PubMed. When conducting several researches and analyzes, it was observed that health professionals do not have basic knowledge of the Brazilian Sign Language (LIBRAS) and are largely unprepared to receive a patient with this deficiency and outline their plan therapeutics, thus limiting consultations, treatments, diagnoses and prevention. Generating in the patient an embarrassment for not being able to express themselves during the care, in this way, strategies need to be sought, having as simple examples the qualification of these professionals, or the presence of an interpreter of LIBRAS, and must also be increased in the academic subjects curriculum and content that bring the Brazilian language of signs as the main focus, generating an enormous contribution in the quality of life of these people, avoiding embarrassments and even that the diagnosis is made in the wrong way. For this reason, the topic must be addressed more frequently, both in health units, hospitals and throughout our society.

Keywords: Pounds. Hearing Auditive. Cheers.

1 INTRODUÇÃO

Em 2010, no Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) existem aproximadamente 9,7 milhões de pessoas portadoras de deficiência auditiva, no qual, 1,7 milhões tem dificuldades na audição e 344,2 mil são surdos. De acordo com o Decreto 5.296/04 é considerado deficiente auditivo quando ocorre à perda bilateral, parcial ou total de 41 decibéis (dB), ou aferida por audiograma nas frequências de 500, 1.000, 2.000 e 3.000 Hz (BRASIL, 2004).

A ausência da audição se caracteriza com um severo distúrbio neurológico sensorial que irá afetar a capacidade de comunicação oral e de aprendizagem, prejudicando assim, o

entendimento de outras pessoas, e principalmente no atendimento clínico (PAGLIUCA; FIÚZA; REBOUÇAS, 2007).

É notório que os deficientes auditivos têm direito ao acesso nos serviços de saúde de qualidade, assim como qualquer outra pessoa que dele precisar, mas, muitas vezes, os deficientes auditivos, são atendidos da maneira errada, ou são desrespeitados em alguns momentos por sua condição, pois existem serviços de saúde que não possuem profissionais capacitados para um atendimento de excelência para esse público (SOUZA; PORROZZI, 2009).

A comunicação deve ser um dos pontos chave para um melhor atendimento e para isso o profissional precisa ter o mínimo de conhecimento da língua que foi devidamente reconhecida como língua oficial dos surdos aqui no Brasil pela Lei nº 10.436/029, que é conhecida como Libras, pois sabe-se que a acessibilidade dessas pessoas nos serviços de saúde no Brasil é precário, pois eles tem a dificuldades de ter uma interação com o profissional de saúde, justamente pelo não conhecimento da língua (ARAGÃO et al, 2015).

A ineficácia da comunicação entre os profissionais da saúde e os deficientes auditivos prejudicam na criação do vínculo com esses pacientes, pois não terá um aprofundamento do diálogo. Ao reconhecer essa falha durante a assistência, faz com que os profissionais reflitam sobre essa questão, fazendo com que sintam interesse em buscar sobre (DANTAS et al., 2014).

Diante do exposto, buscou-se na literatura adquirida em diversas plataformas, sobre a importância da comunicação através da Libras e as dificuldades enfrentadas durante a prática profissional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Uma pesquisa realizada em 2009 com pacientes deficientes auditivos a respeito do que eles declaram mais os incomodar em uma consulta e o que eles acreditam poder ser feito para melhorar tal atendimento, revelou que a maioria dos participantes desse estudo não se queixou do fato do profissional não saber Libras, e sim a falta de paciência para atendê-los, a fala muito rápida e/ou a dificuldade por parte do profissional em adotar a posição frontal enquanto conversava, dificultando a leitura labial (COSTA et al., 2009).

Referente ao deficiente auditivo, Costa et al. (2009) buscou identificar através das pessoas surdas os fatores que podem tornar dificultosa a comunicação com os profissionais de saúde. Em relação a comunicação inadequada foram descritos: profissionais falarem ao paciente enquanto escrevem; chamar o paciente de outra sala esquecendo que se trata de um surdo e dificuldade de compreensão paciente ao receber um comando sobre o medicamento que será administrado ou que será receitado. Os entrevistados sugeriram que os profissionais de saúde deveriam conhecer as particularidades das pessoas surdas e as diferentes formas adequadas de se comunicar com eles; e haver disponibilidade de intérpretes de língua de sinais nos hospitais e outros serviços de saúde (COSTA et al., 2009: 166), A falta de conhecimento da língua de sinais por parte dos profissionais da instituição de saúde e a não existência de intérpretes ou pessoas que possam compreendê-lo, faz com que o paciente deficiente auditivo se sinta excluído (RODRIGUES; DAMIÃO, 2014).

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa quantitativa descritiva, sendo realizada através de revisão da literatura adquirida através da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scielo e PubMed, com descritores “libras” “comunicação” e “saúde”, foram pegos todos os artigos a partir do

ano de 2010. Foram gerados 50 artigos, Utilizou-se como critério de inclusão os artigos em português, inglês e espanhol, dos quais 10 foram selecionados por corresponderem ao objetivo da pesquisa. Foi realizado, como forma de complementação e exploração do tema, uma busca em sítios da internet acerca dos direitos das pessoas com deficiência auditiva, dando foco na área da saúde.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após leitura dos artigos, emergiram 2 categorias abordadas: Importância da LIBRAS na saúde e as dificuldades enfrentadas durante a prática profissional.

Importância da Libras na saúde:

Em uma consulta, seja ela médica ou terapêutica, os sinais e sintomas apresentados pelo paciente é de extrema importância, para que se consiga chegar a um determinado diagnóstico, tratamento ou prevenção. No caso de um deficiente auditivo, essa falta de comunicação, será prejudicada, a partir do momento que o profissional de saúde não tem conhecimento da língua de sinais, afetando assim, negativamente o vínculo assistencialista prestado no momento do atendimento.

Um estudo (ARAGÃO et al., 2015), tentou colocar expressões que facilitassem esse processo de comunicação, criando expressões em libras, acerca dos sintomas, sinais e doenças em saúde de pessoas surdas. Foram feitas então, 28 expressões nesse estudo, buscando facilitar a comunicação entre os profissionais de saúde, buscando uma melhora na prestação dos cuidados na saúde, que no caso desse estudo, foi consulta com a Enfermagem.

Dificuldades enfrentadas durante a prática profissional:

A comunicação entre profissional-paciente com a ausência da fala e com a falta de compreensão de ambas as partes é extremamente prejudicial nesse processo de atendimento. Situações assim, acabam sendo ímprobos para os profissionais de saúde, fazendo com que eles busquem outros meios de comunicação, que segundo a literatura é chamado de medidas alternativas, entre elas: toque, leitura das expressões faciais e corporais (CARDOSO et al., 2006).

Sabe-se que uma medida alternativa é a melhora da formação desses profissionais, durante a própria graduação, fazendo existir a língua de sinais como matéria obrigatória, para que se consiga, conseqüentemente ter uma melhora no atendimento desses pacientes com surdez, portanto, os serviços de saúde e a equipe profissional estar em um bom prepare para atender esses tipos de pessoas, para que assim possa garantir um atendimento digno e de qualidade aos surdos (OTHERO; DALMASO, 2009).

Por meio da comunicação estabelecida com o paciente, o profissional pode compreendê-lo como ser holístico, e perceber sua visão de mundo, isto é, seu modo de pensar, sentir e agir. Dessa forma, poderá entender as necessidades do paciente e, assim, prestar assistência adequada, minimizando seu sofrimento (PAGLIUCA; FIÚZA; REBOUÇAS, 2007).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão da literatura mostrou que apesar das diversas leis e decretos existentes no Brasil, existe ainda uma dificuldade na comunicação entre profissional de saúde e paciente surdo e que, por existir uma falha na formação desses profissionais e na busca pelo aprendizado de uma nova língua, dificulta e põe em risco a assistência prestada pelos

mesmos, prejudicando no vínculo, no diagnóstico, no tratamento e na prevenção de determinadas patologias, além de gerar um constrangimento para o deficiente auditivo.

Diante do exposto, faz-se necessário com que os profissionais da saúde, tenham uma formação adequada, adquirindo o conhecimento da Língua dos Surdos a fim de proporcionar o vínculo e uma assistência adequada dentro do que é estabelecido pelas leis e pelo Sistema Único de Saúde (SUS), buscando um tratamento humanizado.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, J. S.; FRANÇA, I. S. X.; COURA, A. S.; SOUSA, F. S.; BATISTA, J. D. L.;MAGALHÃES, I. M. O. Um estudo da validade de conteúdo de sinais, sintomas e doenças/agravs em saúde expressos em LIBRAS. Rev. Latino-Am. Enfermagem. nov. dez. 2015;23(6):1014-23.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Características Gerais da População. População, Religião e Pessoas com Deficiência. Rio de Janeiro: **IBGE**; 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Manual de legislação em saúde da pessoa com deficiência. Ministério da Saúde, 2. ed. Brasília : **Editora do Ministério da Saúde**, 2006. 346 p. ISBN 85-334-1278-9.

BRASIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 3.298 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: Ministério da Justiça, 2004.

BRASIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília: Ministério da Justiça, 1999.

BRASIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Ministério da Justiça, 2005.

BRASIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Ministério da Justiça, 2015.

CARDOSO AHA, RODRIGUES, KG, BACHION MM. Perception of persons with severe or profound deafness about the communication process during health care. *Revista Latino-am Enfermagem*. 2006 julho-agosto; 14(4):553-60.

COSTA, L. S. M.; ALMEIRA, R. C. N.; MAYWORN, M. C.; ALVES, P. T. H.; BULHÕES, P. A. M.; PINHEIRO, V. M. O atendimento em saúde através do olhar da pessoa surda: avaliação e propostas. *Rev. Bras. Clin. Med.*, 2009;7:166-170.

DANTAS, T. R. A.; GOMES, T. M.; COSTA, T. F.; AZEVEDO, T. R.; BRITO, S. S.; COSTA, K. N. F. M. Comunicação entre a equipe de enfermagem e pessoas com deficiência auditiva. *Rev. Enferm. UERJ*, Rio de Janeiro, 2014 mar/abr; 22(2):169-74.

OLIVEIRA PMP, MARIANO MR, REBOUÇAS CBA, PAGLIUCA LMF. Uso do filme como estratégia de ensino-aprendizagem sobre pessoas com deficiência: percepção de alunos de enfermagem. *Rev Esc Anna Nery*. 2012 [cited 2013 Aug 05]; 16(2):297-305. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141481452012000200013&lng=en&nrm=isodoi:<http://dx.doi.org/10.1590/S141481452012000200013>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. A ONU e as pessoas com deficiência. Nações Unidas no Brasil, 2014. Disponível em: <http://www.onu.org.br/a-onu-emacao/a-onu-e-as-pessoas-com-deficiencia/>

OTHERO, M. B. DALMASO, A. S. W. Pessoas com deficiência na atenção primária: discurso e prática de profissionais em um centro de saúde-escola. **Comunicação Saúde e educação**, São Paulo, v.13, n.28, p.177-88, 2009.

PAGLIUCA LMF, FIÚZA NLG, REBOUÇAS CBA. Aspectos da comunicação da enfermeira com o deficiente auditivo. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*. 2007;41(3):411-18.